

## O Dispositivo Cosmopolítico: a Construção do Corpo sem Órgãos do Jornalismo<sup>1</sup>

Luciana Andrade Gomes<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Minas Gerais

### Resumo

Este trabalho visa a investigar como os jornalistas contemporâneos podem se apropriar dos drones para repensar a organicidade das práticas jornalísticas a partir da abertura para o imaginário. Nesse sentido, o trabalho tem como objetivo compreender o jornalismo como um dispositivo e questionar as potencialidades políticas e poéticas do humano e da máquina, refletindo sobre a capacidade discursiva de ambos e contemplando sua complexidade cósmica. Por um lado, pretende-se abordar as práticas de poder e visibilidade para caracterizar o dispositivo. Por outro, aprofundar as ideias de desterritorialização e cosmopolítica, no intuito de problematizar a capacidade de afecção dos atores humanos e não humanos na produção de novas narrativas.

**Palavras-chave:** jornalismo; drone; dispositivo, imaginário, cosmopolíticas.

### Introdução

No momento em que o jornalismo encontra-se em plena reflexão sobre o uso das novas tecnologias, torna-se fundamental uma análise mais atenta sobre as formas de veiculação da informação, principalmente depois do surgimento dos objetos sociotécnicos de mobilidade. A ampliação dos recursos de captura e compartilhamento de dados alterou profundamente o trabalho do repórter. Isso trouxe novas camadas de mediação para o processo de produção de notícias. Além disso, com as redes sociais, o acúmulo de informações em trânsito oferece uma nova visão e percepção sobre os acontecimentos<sup>3</sup>, colocando outros personagens à frente da disseminação dos relatos cotidianos.

Segundo Raquel Recuero (2009), isso acontece porque a comunicação mediada por computador altera profundamente as formas de organização, identidade, debate e mobilização social. Nesse sentido, a rede digital se torna um meio para observar os padrões de movimento de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação pela UFMG, e-mail: [lucianadrade@gmail.com](mailto:lucianadrade@gmail.com).

<sup>3</sup> A noção de acontecimento será trabalhada a partir das discussões de Deleuze e Guatarri (1992), colocando-o como algo inacabado, que está sempre em movimento, concedendo-lhe consistência. Por isso, não vamos distinguir os acontecimentos de seus relatos, já que os relatos passam a ser parte do acontecimento através da visibilidade midiática.

atores. Assim, para estudar a rede é necessário abarcar também seus elementos e processos dinâmicos de interação, pois são essas as relações que modificam os processos comunicacionais.

Nos últimos anos, a imprensa tradicional tem se apropriado desses ambientes para buscar audiência, incorporando a lógica do compartilhamento. Em meio a tantos atores com capacidade de criação e propagação de informação, o uso de drones<sup>4</sup> pode se apresentar como uma nova testemunha a favor do trabalho de apuração, oferecendo um novo ângulo para a notícia. Com o uso de uma câmera acoplada ao objeto, é possível capturar e compartilhar imagens e vídeos por meio da internet, percorrendo, muitas vezes, lugares de difícil acesso ao jornalista. Dessa forma, o drone passa a ser um ator capaz de afetar diretamente a construção de relatos na rede.

Durante as manifestações no Brasil, a partir da explosão do *Movimento Passe Livre*, nos dias 06 e 07 de junho de 2013, os objetos sociotécnicos e o uso da internet sem fio foram decisivos para a divulgação e manutenção do movimento. E foi, nesse contexto, que surgiu a primeira cobertura da imprensa brasileira realizada com o apoio de um drone, pela Folha de São Paulo. Seu objetivo foi usar a potencialidade da máquina para estender a participação humana e ampliar o campo de visão, realizando uma cobertura jornalística mais ágil e eficiente<sup>5</sup>. As imagens geradas foram publicadas no Youtube, no canal da TV Folha, e compartilhadas nas outras redes sociais<sup>6</sup>.

“O [drone] permite o registro de imagens de uma perspectiva única e dá a capacidade de transição entre tomadas. É comum num sonho, aquela sensação de estar voando sobre as coisas, que antigamente só o cinema tinha condição de fazer” diz Tom Hannen, produtor sênior de inovação da BBC Global Video Unit. A BBC prefere chamar o drone de câmera voadora. (ROUG, 2014, p. 25).

Isso instigou uma enorme discussão sobre a presença física do repórter na apuração dos fatos, principalmente diante do comportamento de resistência dos manifestantes em relação aos jornalistas de veículos. Muitos canais de comunicação, como o site do Observatório da Imprensa (2013) e a Revista de Jornalismo ESPM (2014), questionaram o uso do objeto sociotécnico para o desenvolvimento do trabalho da imprensa,

---

<sup>4</sup> Conhecidos como veículos aéreos não tripulados (VANTS), eram utilizados, inicialmente, como armas de vigilância de combate. Hoje, já está sendo popularizado, assumindo tarefas em vários campos do conhecimento. No caso do Jornalismo, muitos questionamentos têm sido levados, principalmente em relação ao uso ético do dispositivo. Ainda não existe uma regulamentação do seu uso, mas muitos veículos de comunicação já estão realizando testes na cobertura jornalística.

<sup>5</sup> Mais adiante vamos questionar esse uso puramente técnico, confrontando essas apropriações.

<sup>6</sup> A cobertura ganhou o Prêmio Esso de Jornalismo e foi produzido um documentário, no ano seguinte.

problematizando a capacidade de agenciamento dos drones na produção dos relatos. Afinal, que tipo de interferência o uso desses objetos, guiados a distância pelo jornalista, provoca no testemunho do acontecimento e na produção discursiva?

Em vista desse questionamento, o presente artigo tem como objetivo propor uma reflexão cosmopolítica, compreendendo os drones dentro de um modo de existência peculiar. Nesse caso, eles não serão tratados, simplesmente, como objetos intermediários, mas como trajetos. Eles estão em constante movimento e se tornam agência a partir de suas ações. Isso porque, na visão de Bruno Latour (2012), os atores correspondem a toda figura potencialmente capaz de agir e deixar rastros, incluindo pessoas e objetos. Ou seja, eles podem ser caracterizados como tudo aquilo que afeta um estado de coisas. Assim, nessas associações, humanos e não humanos se tornam seres sociotécnicos e se afetam mutuamente, produzindo uma nova dinâmica política e comunicacional.

### **A Organicidade do Jornalismo**

Um dos questionamentos frequentes da imprensa é sobre a dimensão política da presença do jornalista em campo. Quando ele se retira do local e utiliza a máquina para coletar os dados, será que ele abdica da sua potencialidade política? Essa prática reduz a sua capacidade de agenciamento? Qual é o sentido do ritual jornalístico na composição dos relatos? Afinal, os drones podem ocupar o lugar do repórter?

Essas discussões nos levam, primeiramente, a repensar a organicidade do jornalismo contemporâneo, que, muitas vezes, corrobora para a manutenção do *status quo*. Nesse contexto, alguns autores trabalham com a associação entre jornalismo e mito, buscando referência nas obras de Roland Barthes (1993). Ele aponta o mito como um sistema que sustenta o controle ideológico, que teria como objetivo apenas o trabalho de naturalização da história.

Passando da história à natureza, o mito faz uma economia: abole a complexidade dos atos humanos, confere-lhes a simplicidade das essências, suprime toda e qualquer dialética, qualquer elevação para lá do visível imediato, organiza um mundo sem contradições, porque sem profundidade, um mundo plano que se ostenta em sua evidência, cria uma clareza feliz: as coisas parecem significar sozinhas, por elas próprias (BARTHES, 1993, p. 163-164).

Nesse caso, o ritual de trabalho do jornalista se resumiria na manutenção e reafirmação do mundo, sem compreender as linhas de força que estão inseridas nessa relação. A perspectiva crítico-ideológica questiona, justamente, esse conceito de mundo que pressupõe a ação e o controle puramente humanos. Elizabeth Bird e Robert Dardenne (2009) afirmam que esse jornalismo orgânico contribui para a garantia do senso de continuidade e ordem do mundo. E esse modelo serve para organizar, simplificar e interpretar as informações.

Neste trabalho, entendemos o conceito de organicidade a partir das obras de Gilles Deleuze e Félix Guattari, vislumbrando a ideia de que existe um centro e que, a partir dele, todos os outros termos se organizam. Os autores (2004) criticam esse mundo estático e orgânico, em que abarca uma única perspectiva possível e que se solidifica em estratos. Eles propõem um movimento em direção à multiplicidade, compreendendo o desvio, a transformação e a desarticulação. Nesse caso, a subjetividade seria algo que transborda o indivíduo por todos os lados, questionando os modos de subjetivação subordinados ao regime orgânico e estático, assim como ao modelo da representação. Dessa maneira, os processos de individuação e subjetivação não são dados a priori, estão em constante movimento, e são reconfigurados a partir dos agenciamentos.

Pensando nisso, o drone seria um composto de perceptos e afectos, abrindo para a manifestação de uma linha de força e sendo capaz de produzir subjetivações. Para Deleuze e Guattari (1992), os perceptos não se resumem apenas às percepções, mas são independentes do estado daqueles que os experimentam. Da mesma forma, os afectos não são apenas os sentimentos ou afecções, eles transbordam a força daqueles que são atravessados por eles. “As sensações, perceptos e afectos, são seres que valem por si mesmos e excedem qualquer vivido” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 211).

A partir disso, o drone contribuiria para “o devir não humano do homem” a partir da sua capacidade de afecto (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 223). Isso denota uma manifestação política e poética criada pela própria relação entre o homem e a máquina. E no surgimento dessas linhas de forças heterogêneas é que se torna possível romper com a organicidade do jornalismo. Nesse sentido, o drone não tem razão para substituir o repórter em campo e nem o jornalista para utilizar o objeto técnico como uma simples extensão do seu trabalho. Ambos se complementam e se modificam ao longo do acontecimento. É nessa

capacidade política do humano e não humano que se encontra a lacuna para a produção do imaginário<sup>7</sup>.

### **Territorialidades em Expansão**

Para Bruno Latour (2012), toda ação gera um rastro de caráter polissêmico e potencialmente recuperável, a partir da ação dos híbridos humanos e não humanos. E essa produção de rastros necessita da intervenção de um ator em movimento para garantir sua existência. Para entendermos as formas de agenciamento entre os atores e os rastros deixados por essas associações, a teoria ator-rede define o “social” como um movimento peculiar de reassociação e reagregação. Isso porque, na acepção tradicional do termo, o “social” “significa aquilo que já está reagregado e age como um todo, sem insistir muito na natureza do que foi reunido, amarrado e empacotado conjuntamente” (LATOURE, 2012, p. 71). Porém, para Latour, é impossível afirmar que um vínculo é durável, pois o “social” “só relampeja brevemente no momento fugaz em que novas associações estão reunindo o coletivo juntas” (LATOURE, 2012, p. 229). E, nesse caso, o coletivo substitui a ideia de “sociedade”, tornando-se uma ação que arregimenta diversos tipos de forças heterogêneas (LATOURE, 2012, p. 112).

Latour afirma que toda ação requer a confecção de um relato sobre si mesma. E o grande lema da TAR<sup>8</sup> é seguir os próprios atores, “ou seja, tentar entender suas inovações frequentemente bizarras, a fim de descobrir o que a existência coletiva se tornou em suas mãos” (LATOURE, 2012, p. 31). Assim, quando traçamos conexões sociais estamos compondo relatos. E o bom relato é aquele que tece uma rede: “o bom texto tece redes de atores quando permite ao escritor estabelecer uma série de relações definidas como outras tantas translações” (LATOURE, 2012, p. 189).

Dessa forma, se não existe uma sociedade instituída, significa que as associações só acontecem nas oscilações. E a rede é justamente o resultado dos traços deixados pelos agentes em movimento, ou seja, quando falamos em rede, falamos em mobilidade. Latour enfatiza que a força de inércia não se aplica no caso do “social”, pois esse é dotado de um

---

<sup>7</sup> Como o conceito de imaginário é amplo e transdisciplinar, vamos trabalhar, neste artigo, com a noção de Juremir Silva (2003) que abarca imagens, sentimentos, lembranças, experiências etc. que passam pela leitura de um mecanismo individual ou grupal, causando uma distorção involuntária do vivido. No caso do jornalismo, vamos recorrer ao conceito de Luiz Gonzaga Motta (2002) para entender o imaginário como a apreensão subjetiva da realidade. Como estamos propondo uma abertura do jornalismo, o imaginário seria essa brecha para criar e recriar mundos possíveis com a intervenção do leitor.

<sup>8</sup> TAR é a abreviação de Teoria Ator-Rede.

potencial performativo que desaparece quando não é mais representado. Nesse caso, o autor define os meios para produzir o “social” como mediadores que “transformam, traduzem, distorcem e modificam o significado ou os elementos que supostamente veiculam” (LATOUR, 2012, p. 65).

Isso nos permite afirmar que a mobilidade cria espacialização, pois permite o compartilhamento simultâneo de registros de vários lugares e temporalidades distintas, gerando um movimento contínuo de desterritorialização e reterritorialização. Segundo Guattari e Rolnik (1986), a noção de território está ligada à apropriação, a uma subjetivação fechada sobre si mesma. Existe uma ordenação social que envolve uma construção, visto que “os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente ‘em casa’” (GUATTARI e ROLNIK, 1986, p. 323).

No entanto, os autores afirmam que o território também pode se desterritorializar para se reterritorializar novamente. Uma constante quebra que induz a novos começos. Assim, a metamorfose da prática discursiva é vista como ruptura, como o local das variações, da diluição de fronteiras e da exaltação da subjetividade. Por essa razão, a dinamização impede uma ordenação fixa das coisas.

Dessa maneira, André Lemos (2012) afirma que não há uma extinção ou perda de sentido da noção de lugar na ausência do repórter no momento exato momento da captura das imagens pelos drones. Existe um redimensionamento, tornando-se um fluxo dinâmico e turbulento de territorialidades, visto que “lugares são redes de atores que conectam outros lugares e temporalidades” (LEMOS, 2012, p. 01).

Lugar, então, se torna sujeito da ação, sendo ativo na construção de sentido e modificando a noção de presença. Conforme Lucia Santaella (2010), a presença passa a ser conectada, porém não significa ser o aposto de ausência, pois não se trata de uma presença física, mas das relações entre as trocas contínuas. Para a autora,

os dispositivos móveis entram nas redes como novos atores que permitem o contato contínuo, ininterrupto, dos atores humanos entre si na rede, pois seus pontos de entrada e saída são eles mesmos móveis e, por consequência, permanentemente abertos. Isso habilita os atores a estar sempre copresentes uns aos outros à medida que se movimentam de maneira independente no espaço (SANTAELLA, 2010, p. 52).

Assim, a inovação tecnológica<sup>9</sup>, principalmente a partir dos objetos móveis, configura um espaço de circulação de sentidos mais intenso, ampliando o número de atores e, por consequência, potencializando novas camadas de mediação. O jornalismo passa a ser compreendido como uma prática em expansão, que está em constante processo de desterritorialização. A presença do repórter em campo a partir do uso dos drones não se configura como ausência, mas como o seu oposto, enriquecendo o seu trabalho pelas trocas contínuas e pelas conexões geradas.

### **Práticas de Poder e Visibilidade**

Para Michel Foucault (1998), o dispositivo sempre possui uma dimensão política que se mostra nas curvas de visibilidade e enunciação, apontando a relação de poder no desequilíbrio das linhas de forças heterogêneas que as atravessam. Assim, pensar as práticas de poder a partir do autor é refletir sobre algo que está em constante movimento e oscilação, não se concentrando em um ponto específico e sendo exercido em rede. Da mesma forma, ele afirma que para existir poder tem que haver resistência, sendo esse efeito que modifica as próprias relações de poder. E essas relações só acontecem no dissenso, como afirma Jacques Rancière (1995). Entretanto, para o autor, “a política não é feita de relações de poder, é feita de relações de mundos” (RANCIÈRE, 1996, p. 54).

A afirmação de um mundo comum efetua-se assim numa encenação paradoxal que coloca juntas a comunidade e a não-comunidade. E uma tal conjunção remete sempre ao paradoxo e ao escândalo que perturba as situações legítimas de comunicação, as divisões legítimas dos mundos e das linguagens, e redistribui a maneira como os corpos falantes estão distribuídos numa articulação entre a ordem do dizer, e ordem do fazer e a ordem do ser (RANCIÈRE, 1996, p. 66).

A política se inscreve, então, como uma forma de experiência problematizante que abarca indícios de uma relação conflituosa na existência do “comum”. Isso porque, segundo Rancière, a política é assunto de sujeitos, de subjetivação, e “caminha a par com a reconfiguração do campo da experiência” (RANCIÈRE, 1996, p. 47). Essa subjetivação política “desfaz e recompõe as relações entre os modos de fazer, os modos do ser e os

---

<sup>9</sup> Não se trata aqui de abordar um evolucionismo tecnológico, mas de um paradigma configurado juntamente ao desenvolvimento da tecnologia. Para Henry Jenkins (2009), acreditar na supremacia tecnológica é acreditar na *falácia da caixa preta*, pois se apresenta como um pensamento reducionista, que ignora os níveis culturais que estão inseridos nesse processo. Assim como nossa abordagem não é naturalista, também não se contempla o oposto. Afinal, não existe a ideia de polarização, mas de linhas heterogêneas que criam resistência e provocam uma comunicação política.



modos de dizer que definem a organização sensível”, criando passagem para o poético. E isso provoca cenas polêmicas e paradoxais ao convocar “existências que são ao mesmo tempo inexistências ou inexistências que são ao mesmo tempo existências” (RANCIÈRE, 1996, p. 52).

A invenção política opera-se em atos que são ao mesmo tempo argumentativos e poéticos, golpes de força que abrem e reabrem tantas vezes quantas for necessário os mundos nos quais esses atos de comunidade são atos de comunidade. Eis por que o “poético” não se opõe ao argumentativo. E também por que a criação dos mundos estéticos litigiosos não é a simples invenção de linguagens aptas a reformular problemas intratáveis nas linguagens existentes (RANCIÈRE, 1996, p. 70).

Rancière (2005) define a comunidade de partilha como uma comunidade em constante experimentação, tornando os tensionamentos visíveis. Assim, o “comum” não é fruto do desejo de igualdade como ponto de partida, mas nasce justamente do desentendimento. São as forças heterogêneas, próprias das formas de agir e de ser do sujeito, que permitem instaurar uma comunidade política de partilha. O “comum” torna-se, justamente, o lugar de exposição dos intervalos e brechas, abrindo espaço para que os sujeitos possam questionar e criar oposições. Ou seja, uma comunidade do sensível inclui aqueles que não estão incluídos.

Assim, Deleuze (1990), busca entender o dispositivo como um conjunto de forças de várias naturezas distintas e que se articulam nas instâncias definidas por Foucault como saber, poder e subjetividade. É no movimento desses dispositivos, em direção ao desentendimento, que percebemos as linhas de fuga, que geram uma desestabilização, e as linhas de força, que fazem emergir e sedimentar tais relações. Para o autor, o dispositivo possui, então, como componentes: linhas de visibilidade, de enunciação, linhas de força, linhas de subjetivação, linhas de ruptura, de fissura, de fratura, e todas se entrecruzam e se misturam por meio de variações ou de mutações de agenciamento.

Nesse caso, o jornalismo pode ser visto como um dispositivo, que utiliza as plataformas digitais e os objetos para a confecção dos relatos, incluindo aqueles que não estão incluídos. É essa dinâmica, em curvas de visibilidade e enunciação, que revela as várias linhas heterogêneas que o atravessam. De um lado, ele se abre para o imaginário, absorvendo a resistência das forças humanas e não humanas e criando uma nova lógica



derivada da cosmopolítica<sup>10</sup>. Por outro, podemos compreender as linhas de força que sedimentam a sua organicidade por meio do tecnocentrismo e da soberania da ação humana. É desse confronto que nasce a comunidade política de partilha.

O jornalismo enquanto mito tende a descartar o dissenso e tornar, cada vez mais, hegemônicas essas linhas, principalmente com o uso social da tecnologia, que acumula mais poder. Porém, não se trata de uma tarefa fácil levantar essas forças heterogêneas, como afirma Foucault, visto que abordar os acontecimentos, atravessados pelo dispositivo, também representa desvendar a malha de linhas que os constituem. Para isso, ele propõe uma genealogia das relações de força, buscando uma “forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios do objeto etc.” (FOUCAULT, 1998, p. 7). Sua abordagem implica na descrição dos atos estratégicos e das táticas utilizadas.

No caso do uso de drones pelos jornalistas, eles alteram taticamente o rumo da composição dos relatos. Por ter um caráter provisório e conjectural, as táticas se formam e se dissolvem com facilidade e abrem um pressuposto para o inventivo, para a construção do poético. Os procedimentos jornalísticos deixam de ser fechados e acabados, para oferecer uma abertura à multiplicidade. Nesse sentido, vamos seguir pelo caminho desviante do imaginário, percorrendo sempre o *fora*, como detalha Maurice Blanchot (2011).

Ele afirma que, para o homem comum e comedido, todo lugar parece finito e limitado. No entanto, o homem labiríntico, capaz de transitar por esse cenário “fluido”, expande o espaço ao infinito. Ele compara o mundo ao universo literário, afirmando que “se o mundo pudesse ser exatamente traduzido e duplicado num livro, perderia todo o começo e todo fim, tornar-se-ia o volume esférico, finito e sem limites, que todos os homens escrevem e no qual são escritos: não seria mais o mundo”, mas sim uma soma infinita dos mundos possíveis (BLANCHOT, 2011, p. 140).

### **A proposta cosmopolítica e a individuação técnica**

Na visão de Bruno Latour (2004), falar em cosmopolítica é incorporar agências que não são estritamente humanas. Para o autor, existe uma tendência do político em conceber as trocas a um círculo exclusivamente humano. E a chegada do cosmos rompe com essa naturalização e amplia o campo da *polis* da política. E essas agências podem ser divididas em três esferas finitas: a agência dos animais, dos objetos e dos espíritos.

---

<sup>10</sup> O conceito e a problematização de cosmopolítica serão apresentados posteriormente neste trabalho.

Assim, a ideia de cosmos em Latour é de um sistema que nunca se fecha, estando sempre aberto para sofrer influências de novas entradas, tornando-se um modelo expansivo. Isso significa que o caminho da política não pode ser tomado como pressuposto. A cada nova agência, ele precisa ser reinventado, visto que as próprias relações que se estabelecem entre esses sujeitos políticos devem ser consideradas. Assim, o cosmos impede a redução prematura da política e vice-versa.

Já no cosmopolitismo, essa relação é mais complicada, pois, para o autor, não haveria a consolidação nem da política e nem do cosmos. Nesse caso, existiria um árbitro para garantir a ideia de mundo em paz. Essa seria a perspectiva kantiana que deseja a construção de um bom mundo comum, descartando as relações de dissenso. Foi, justamente, para se contrapor a essa ideia que Isabelle Stengers (2005) desenvolveu o conceito de cosmopolítica, visando compreender o cosmos a partir de mundos múltiplos e divergentes, mas que possuem, eventualmente, capacidade de articulações.

O mundo comum seria então o mundo construído com a participação de representantes legitimados, com base no universalismo<sup>11</sup>. E no caso da cosmopolítica, a ideia não é promover a paz, mas instigar a guerra para mostrar as linhas de forças heterogêneas promovidas por essas agências múltiplas. Assim, a cosmopolítica constrói mundos possíveis que são frágeis e momentâneos, que só se concretizam no movimento e nas oscilações entre os conflitos, mas que não perduram no tempo e no espaço.

Dessa forma, vamos pensar nas cosmopolíticas que surgem das controvérsias, apontando sempre para o plural. A ideia não é tomar essas agências como iguais, mas, dentro das suas diferenças, entender que elas são sujeitos políticos e afetam o cosmos. Assim, quando compreendemos a existência dessas relações de poder, percebemos as brechas para a criatividade e inventividade. Sendo, então, possível vislumbrar a máquina como um ser capaz de individuação técnica.

Os objetos técnicos são tomados neste artigo enquanto capazes de serem e criarem atos individuantes, que podem gerar conflitos e controvérsias. Um processo individuante é um ato poético porque faz com que o próprio comportamento do objeto técnico revele sua capacidade de agenciamento presente na transdução que ele realiza entre estados distintos de informação, conforme explicita José Pinheiro Neves (2006).

No caso dos drones, a individuação é o momento de manifestação da imagem-matriz, em que é possível perceber o funcionamento das operações técnicas que irão

---

<sup>11</sup> Essa discussão encontra-se bem desenvolvida no livro *Jamais Fomos Modernos*, de Bruno Latour (1994).

preencher a memória da imagem e que, posteriormente, vão circular pelos ambientes programáveis. É a imagem-matriz, ou seja, o rastro criado, que abre o caminho para encontrarmos o espaço utópico e o tempo ucrônico, componentes centrais também da poética dos ambientes programáveis. Eles são o resultado de processamentos de códigos, de cálculos computacionais que engendram um espaço híbrido, que adere ao real e o faz vibrar, um espaço que resulta de processos de transdução entre o orgânico e o não orgânico. O humano aqui pode se revelar intimamente conectado com a técnica e com um biológico não humano. E esse ato individuante é provisório e faz vibrar novos caminhos para efetuar a passagem entre o político e o poético.

### **O jornalismo em constante devir**

É nesse processo de individuação que o esforço do imaginário é reconhecido. Aqui forma-se o corpo sem órgãos do jornalismo, quando percebemos várias entidades com capacidade de agenciamento e que estão em constante movimento, configurando uma eterna instabilidade desses mundos possíveis e abertos à metamorfose. O acontecimento, então, é visto do ponto de vista da construção do relato, a partir das múltiplas articulações e conexões produzidas entre os agentes cosmopolíticos.

Para José Gil (1997), o corpo deve ser pensado como poder de transformação e devir, tornando-se um espaço virtual em constante movimento. O autor se apropria da noção de corpo sem órgãos de Antonin Artaud, explorada com intensidade por Deleuze e Guattari, para definir um inconsciente do corpo, que se forma por meio das trocas simbólicas e pelo abandono da ideia clássica de organismo. Deleuze e Guattari afirmam que esse é o corpo da experiência em sua maior potencialidade, livre da organização sistemática dos órgãos. Por isso, é possível dizer que corpo também é linguagem. Segundo Gil,

a teoria do corpo sem órgãos, implica uma ideia de inconsciente corporal. Os devires – devir animal, devir-mulher, devir-outro – não só mostram como é necessário pensar o corpo como virtual, mas também como não humano, vegetal, mineral, estrangeiro a si no mais íntimo de si. A ideia de corpo deleuze-guattariana desfaz a unidade psico-física clássica e a unidade somática do organismo: o corpo é profusamente virtual, quer dizer inconsciente (GIL, 1997, p. 185).

Para Deleuze e Guattari (1977), esse movimento de interação entre linguagens também significa “traçar a linha de fuga em toda sua positividade, ultrapassar um limiar,

atingir um continuum de intensidades que não valem mais do que elas mesmas” (DELEUZE e GUATTARI, 1977, p. 20). Dessa maneira, conforme Deleuze, a potencialidade máxima da experimentação da linguagem é um estado permanente de devir. Em *O vocabulário de Deleuze*, extraído do vídeo *L'abécédaire de Gilles Deleuze* (1997), o autor define devir como:

Devir é nunca imitar, nem fazer como, nem se conformar a um modelo, seja de justiça ou de verdade. Não há um termo do qual se parta, nem um ao qual se chegue ou ao qual se deva chegar. Tampouco dois termos intercambiantes. A pergunta “o que você devém?” é particularmente estúpida. Pois à medida que alguém se transforma, aquilo em que ele se transforma muda tanto quanto ele próprio. Os devires não são fenômenos de imitação, nem de assimilação, mas de dupla captura, de evolução não paralela, de núpcias entre dois reinos (DELEUZE *apud* ZOURABICHVILI, 2004, p. 24).

Assim se configura o corpo do jornalismo quando ele se torna dispositivo e se abre para os processos de hibridação. Esse corpo virtual passa a experimentar as possibilidades de metamorfose. Dessa forma, o corpo configura-se como expressão máxima de alteridade e produção. E a abertura para o imaginário é vista como ruptura, como o local das variações, da diluição de fronteiras e da exaltação da subjetividade. Com a virtualização e a estruturação do pensamento em rede, esse processo de desterritorialização encontra-se acelerado, exaltando o caráter ageográfico dos espaços contemporâneos.

Um exemplo interessante para pensarmos essa abertura é a utilização dos drones pela BBC, emissora de TV de Londres, na Inglaterra. Em janeiro deste ano, ela veiculou uma reportagem sobre o campo de concentração de Auschwitz-Birkenau, na Polônia, 70 anos após ser libertado por tropas soviéticas<sup>12</sup>. A partir das imagens captadas pelo drone foi possível percorrer o lugar por vários ângulos diferentes, buscando novas referências e resignificando alguns ícones do imaginário. Ali, a criatividade é corroborada pelo passeio da máquina, que parece flunar<sup>13</sup> pelo ar, em busca do prazer da contemplação, mas com um olhar atento à história do local.

A condução das imagens tece o relato, que vai se atualizar pela inserção do espectador no processo. Nesse caso, o jornalismo não é algo dado a priori, não parte de um processo naturalista e universalista. Ao contrário, ele deixa, propositalmente, as lacunas

<sup>12</sup> Link da reportagem no canal da BBC no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=V76jjzo-U4E>.

<sup>13</sup> Em termos gerais, a figura do flâneur aparece na obra de Walter Benjamin como alguém que perambula pela cidade sem compromisso, mas secretamente atento às histórias do local. Ele se traduz pelo espírito de mobilidade, que surge com a vida moderna. Ver: “Obras escolhidas III” (1991).

abertas para a chegada de novas agências e nunca pressupõe um mundo comum, mas absorve os conflitos entre os mudos que se apresentam e transformam a experiência em lugar de inventividades.

### **Considerações finais**

O objetivo deste trabalho foi refletir sobre a capacidade discursiva do humano e da máquina dentro do jornalismo, visando suas articulações e conexões na atuação do repórter. A ideia era investigar o papel da tecnologia nas práticas de construção da notícia, passando pelo questionamento da presença do jornalista em campo para apuração do acontecimento e colocando em discussão a organicidade do próprio jornalismo. A partir do uso de drones, levantou-se a hipótese da capacidade de agenciamento da máquina na construção dos relatos, dando visibilidade ao universo cosmopolítico do campo de estudo.

Com base na pesquisa gerada, torna-se, portanto, viável conceber uma política e poética do jornalismo pensando nas controvérsias dos rastros gerados pelos agentes, pois evidencia as múltiplas vozes e conexões que afetam a experiência. Para Latour (2004), “a expressão política deverá sempre confessar que ela é torta, retorcida, esperta, comprometedora, infiel, manipuladora, mutável” (LATOUR, 2004, p. 15). Não se trata, então, de construir um novo conceito de jornalismo ou dismantelar as técnicas existentes, mas de concebê-lo como um dispositivo cosmopolítico para dar visibilidade às linhas de força que se fazem presentes na sua estruturação.

Assim, interessa a este trabalho o pensamento de um corpo sem órgãos do dispositivo jornalismo, com abertura o caráter inventivo. E a cosmopolítica e a teoria ator-rede podem se configurar como um caminho profícuo para se pensar essa dimensão política e poética do campo de estudo. Santaella (2010) afirma que, apesar da TAR negligenciar as estruturas mais amplas de poder, ela parece plausível para tensionar as relações midiáticas hoje em torno da experiência, pois privilegia aspectos híbridos da comunicação, dando voz aos múltiplos atores. Assim, “a TAR nos ajuda a evitar o funcionalismo presente em muitos estudos de mídia, ela também insiste na hibridação do que é chamado de relações sociais” (SANTAELLA, 2010, p. 46).

## Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo?. In: **Outra travessia**. Florianópolis, n. 5, 2005, pp. 9-16.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1993.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas III**: Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BIRD, Elizabeth; DARDENNE, Robert. Rethinking news and myth as storytelling. In: WAHL-JORGENSEN, Karin; HANITZSCH, Thomas. **The handbook of the journalism studies**. London: Routledge, 2009, pp. 205-217.

BLANCHOT, Maurice. **O livro por vir**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka**: por uma literatura menor. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Devir-Intenso, Devir-Animal, Devir-Imperceptível. In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. v.4. pp. 11-113.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Como criar para si um corpo sem órgãos? In: DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Ed. 34, 2004. v. 3. pp. 9-29.

DELEUZE, Gilles. ¿Que és un dispositivo? In: **Michel Foucault**, filósofo. Barcelona: Gedisa, 1990, pp. 155-161.

DELEUZE, Gilles. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro, Ed.34, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

GIL, José. **Metamorfoses do corpo**. Lisboa: Relógio D'Água, 1997.

GUATTARI, Gilles; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Editora Aleph, 2009.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Bahia: EDUFBA, 2012.

LATOUR, Bruno. Se falássemos um pouco de política?. In: **Política e Sociedade**: Revista de Sociologia Política, Florianópolis (UFSC), v.3, n.4, 2004, pp. 11-12.

LATOUR, Bruno, “Quel cosmos? Quelles cosmopolitiques?” In: J. Lolive; O. Soubeyran (orgs). **L'émergence des cosmopolitiques**. Paris: La Découverte. 2007, pp. 69-84.

LEMOS, André. Espaço, mídia locativa e teoria ator-rede. In: **XXI Encontro Anual da Compós**. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012. Disponível em: <http://www.compos.org.br/> Acesso em 01/06/2015.

MOTTA, Luiz Gonzaga. O imaginário: em busca de uma síntese entre o ideológico e o simbólico na análise da dinâmica sociocultural latino-americana. In: **Eptic On-Line (UFS)**, Brasil, v. 4, n. 3, set./dez., 2002, pp. 01-21.

NEVES, José Pinheiro. **O apelo do objeto técnico**. Porto: Campos das Letras, 2006.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: Estética e política**. São Paulo: Ed.34, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: Ed. 34, 1996.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

ROUG, Louise. Sob o céu que nos espreita. In: **Revista de Jornalismo ESPM**. Edição brasileira da Columbia Journalism Review. São Paulo, nº 10, ano 3, jul. /ago. /set., 2014, pp. 18-27.

SANTAELLA, Lucia; LEMOS, Renata. **Redes sociais digitais: a cognição conectiva do Twitter**. São Paulo: Paulus, 2010.

SILVA, Juremir Machado. Tecnologias do imaginário: esboços para um conceito. In: **XXII Encontro Anual da Compós**, 2003, Recife. Disponível em <http://www.compos.org.br>. Acesso em 01/06/2015.

STENGERS, Isabelle. The Cosmopolitical Proposal. In: Latour, Bruno; Weibel, Peter. **Making Things Public: Atmospheres of Democracy**. Karlsruhe/Londres: ZKM/MIT Press, 2005, pp. 994-1004.

ZOURABICHVILI, François. **O Vocabulário de Deleuze**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.